

LANÇADO NO SIGA
em 25/01/2019

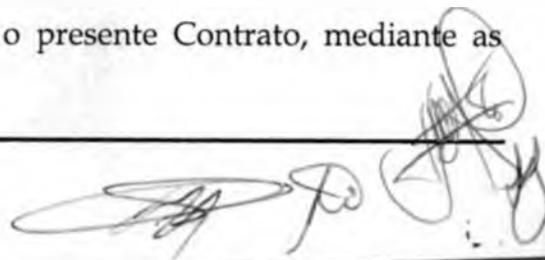
002005



LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

CONTRATO Nº 002/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2018

Compromisso celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica - CNPJ sob o número 04.214.440/0001-00, com sede na Rua Octogonal, nº. 684, Jardim Imperial, Luís Eduardo Magalhães - BA, representada pelo Presidente REINILDO NERY DOS SANTOS, brasileiro, inscrito CPF/MF nº 977.718.305-44, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **EFFECT PRODUTORA EIRELI ME**, inscrita no CNPJ nº. 10.723.280/0001-10, com sede na Rua da Mutamba, nº. 1010, Jardim das Acácias, Luís Eduardo Magalhães-BA neste ato representada por seu proprietário, Senhor AUGUSTO LOPES DA ROCHA ISENSEE, portador da Carteira de Identidade nº. CT917689, expedida pela DELEMIG-DF, inscrito no CPF/MF nº. 002.396.735-81, doravante denominada **CONTRATADA** tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. 098/2018 e consequentemente, da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2018 e em observância ao disposto nos termos do Decreto Municipal nº. 971/2006, da Lei Estadual da Bahia nº. 9.433/2005, da Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/1993, da Lei Complementar nº. 123/e suas alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:


281

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transmissão simultânea e captação de áudio e vídeo das sessões: ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, sessões itinerantes e sessões dos jovens vereadores, realizadas pela Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães, no plenário da casa de leis e/ou área externa, para a internet, ou seja: página social e site oficial da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, nos termos da solicitação da administração (anexo aos autos).

SUBCLÁUSULA ÚNICA - FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto desta licitação deverá ser prestado de forma imediata, a partir da assinatura deste Contrato, devendo ser executado de forma integral, de acordo com as necessidades da Câmara Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de serviços ou da celebração do contrato, nos quantitativos desejados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Este Contrato guarda consonância com as normas contidas no Decreto Municipal nº. 971/2006, da Lei Estadual da Bahia nº. 9.433/2005, da Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/1993, da Lei Complementar nº. 123/e suas alterações posteriores, no Edital do Pregão Presencial nº. 028/2018 e seus anexos, no Termo de referência, à Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos que compõe o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução deste contrato é INDIRETO POR MENOR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

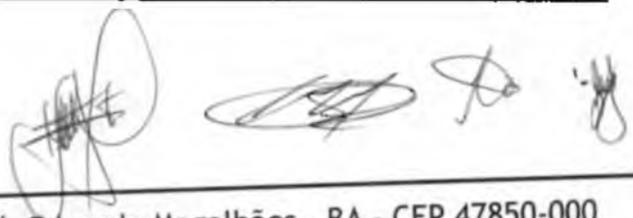
São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das previstas no Termo de Referência, quando não coincidentes:

- a) efetuar os pagamentos, observadas as disposições do item próprio deste CONTRATO e do termo de Referência;
- b) designar representante para relacionar-se com a CONTRATADA como responsável pela execução do objeto.
- c) supervisionar a realização do(s) serviço(s), exigindo presteza no fornecimento e correção das falhas eventualmente detectadas;
- d) permitir acesso da CONTRATADA ao local da realização do serviço;
- e) esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação ao fornecimento do objeto;
- f) manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

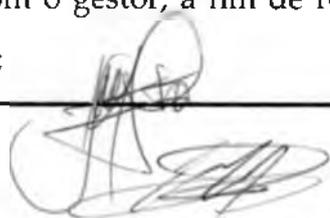
CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades inseridas no Termo de Referência (Anexo I do Edital):

- a) entregar o objeto de acordo com as especificações do Edital do Pregão Presencial n.º 028/2018; os quais deverão ser sempre de boa qualidade, segundo os padrões definidos pelos órgãos de controle de qualidade e padronização, no que couber, considerando-se as disposições da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) quanto às responsabilidades dos licitantes enquanto fornecedores e/ou prestadores de serviços nos casos de sinistros que acarretem danos à Câmara Municipal, inclusive com a inversão do ônus da prova.



- b) Substituir de imediato o(s) produto(s) danificado(s) em decorrência de fatores físicos e/ou químicos, quando reclamado pela contratante, tudo de acordo com as disposições do código de defesa do consumidor.
- c) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado;
- d) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- e) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do serviço ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
- f) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do(s) serviço(s), originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- g) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do produto/serviço, objeto deste Contrato;
- h) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA, poderá veicular qualquer publicidade ou informação citando a CONTRATANTE sem a prévia autorização da mesma;
- i) Indicar uma pessoa hábil para contato direto com o gestor, a fim de resolver todas as questões referentes ao bom andamento do contrato;

  284

j) Substituir de imediato o(s) produto(s) danificado(s), quando reclamado pela CONTRATANTE.

k) manter, sempre por escrito com o CONTRATANTE, os entendimentos sobre o objeto contratado, ressalvados os casos determinados pela urgência dos mesmos, cujos entendimentos verbais deverão ser confirmados por escrito, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis;

l) manter todas as condições exigidas para habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Presencial n.º 001/2018, durante a vigência do Contrato

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

O valor total para o presente ajuste é de R\$ 104.400,00 (Cento e quatro mil e quatrocentos reais), de acordo com os valores constantes na Proposta de Preços, apresentado pela CONTRATADA no Pregão Presencial nº 028/2018, entendido este como preço justo e suficiente para a execução do presente objeto, conforme quantitativo e descritivo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA E CAPTAÇÃO DE AUDIO E VÍDEO DAS SESSÕES: ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, SESSÕES ITINERANTES E SESSÕES DOS JOVENS VEREADORES, REALIZADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, NO PLENÁRIO DA CASA DE LEIS E/OU ARÉA EXTERNA, PARA A INTERNET, OU SEJA: PÁGINA SOCIAL E SITE OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO	MESES	12	R\$ 8.700,00	R\$ 104.400,00
					285

<p>MAGALHÃES/BA. OBSERVAÇÃO: PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A EMPRESA DEVERÁ UTILIZAR NO MÍNIMO 02 CÂMERAS FULL HD, 03 MULTI CABOS DE VIDEO HD PARA TRANSMISSÃO, 01 ILHA DE EDIÇÃO E CONVERSOR PARA STREAMING EM PLATAFORMA APPLE, 01 MESA PARA CORTES ATEM TELEVISION STUDIO HD COM SUPORTE PARA ATÉ 08 CAMERAS EM FULL HD 1080P, 01 TRANSMISSOR SEM FIO PARA CAPTAÇÃO E TRANSMISSÃO DE AUDIO EM DOBLLY DIGITAL, 2 CONVERSORES SDI + HDMI, 100 METROS DE CABOS HDMI E SDI, PLACA DE CAPTURA INTENSIVE SHUTTLE PARA ENVIO DE IMAGENS HD PARA STREAMING.</p>				
TOTAL GERAL: R\$ 104.400,00 (Cento e quatro mil e quatrocentos reais).				

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O preço proposto será fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O preço ajustado poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado à CONTRATADA, até o 15º (décimo quinto) dia útil, contado do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesses períodos a fase de ateste da mesma - a qual conterà o endereço, o CNPJ, o número da Nota de empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa ou da pessoa física, a descrição clara do objeto da contratação - em moeda corrente nacional, por intermédio da Ordem

Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para a execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA, CNPJ nº 04.214.440/0001-00.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará a entrega dos itens/materiais/prestações de serviços e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento se cumpridas pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas e legais.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA QUINTA - No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive na nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para custeio da(s) despesa(s) decorrente(s) da contratação correrá(ão) por conta de recursos financeiros próprios à conta das seguintes dotações orçamentárias:

006 - Poder Legislativo

2.001 - Gestão das Ações Legislativas

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O contrato terá prazo de validade da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2019, conforme solicitação por esta Casa de Leis, asseguradas todas as garantias previstas neste Contrato e no Termo de Referência.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato poderá ser prorrogado, a critério do CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo, nos moldes da legislação pertinente (Art. 57 da Lei 8.666/1993).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir, e avaliar o fornecimento dos serviços, objeto deste contrato, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67 da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela prestação do serviço (objeto do contrato), a CONTRATANTE reserva-se

o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização do contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA que é total e irrestrita em fornecimento do objeto, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do Contrato.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Os serviços, objeto deste Contrato, deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa dos mesmos, bem como seu devido refazimento e/ou adequação, sem que caiba a CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

SUBCLÁUSULA QUINTA - As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se, na execução do objeto, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a CONTRATADA, esta, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades ou sanções:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da lei nº 8.666/1993, na hipótese de recusa injustificada da empresa em celebrar o Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço e aos produtos em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Edital e seus anexos ou no termo de contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas;
- d) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, quando da entrega do(s) produto(s) e à execução do(s) serviço(s) solicitado(s) fora do prazo estipulado pela Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir do primeiro dia de atraso.
- e) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, quando decorridos 13 dias, ou mais, de atraso multa de 1% (um por cento) pelo atraso, nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a rescisão/anulação unilateral do Contrato;
- f) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.
- g) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do contrato pela CONTRATADA, a qual será aplicada gradualmente, conforme a gravidade da infração.
- h) Ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a licitante às

penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O valor da multa poderá ser descontado na Nota Fiscal/Fatura ou do crédito existente na CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

SUBCLÁUSULA QUARTA - As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Não será aplicada multa se, justificadamente e comprovadamente, o atraso na execução dos serviços e fornecimento dos materiais advier de caso fortuito ou força maior.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº. 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A rescisão deste contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

SUBCLÁUSULA QUARTA - Conforme o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, do referido Diploma Legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

O foro para solucionar os litígios que decorrem da execução deste Contrato será o da Justiça Estadual da Comarca de Luís Eduardo Magalhães-BA.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Luís Eduardo Magalhães-BA, 04 de janeiro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
CONTRATANTE

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

EFFECT PRODUTORA EIRELI ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Alberto F. Santos

NOME:

CPF: 013 002 115 63

Edinete Maria R. Walter

NOME:

CPF: 032 277 753 06

293

LAUDO NO SIGA

SE EXTERNA

25/01/2019

002018

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0282018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transmissão simultânea e captação de áudio e vídeo das sessões: ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, sessões itinerantes e sessões dos jovens vereadores, realizadas pela Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães, no plenário da casa de leis e/ou área externa, para a internet, ou seja: página social e site oficial da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA.

DATA: 27 de dezembro de 2018.

HORÁRIO: 15:00 horas (Local).

BASE LEGAL: Decreto Municipal nº. 971/2006, Lei Estadual da Bahia nº. 9433/2005, Lei nº. 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº. 8.666/1993 e alterações, LC nº. 126/2003 e alterações.

TIPO: Pregão Presencial tipo menor preço global.

A Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, torna público que o Pregão Presencial nº. 028/2018, realizado através do Processo Administrativo nº 097/2018, foi vencido pela empresa **EFFECT PRODUTORA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº. 10.723.280/0001-10, com sede na Rua da Mutamba, nº. 1010, Jardim das Acácias, Luís Eduardo Magalhães-BA.

Luís Eduardo Magalhães - BA, 04 de janeiro 2019.

LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
Pregoeira

294

**LANÇADO NO SIGA
FASE EXTERNA**

em

25/01/2019

002019

DECLARAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transmissão simultânea e captação de áudio e vídeo das sessões: ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, sessões itinerantes e sessões dos jovens vereadores, realizadas pela Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães, no plenário da casa de leis e/ou área externa, para a internet, ou seja: página social e site oficial da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA.

DATA: 27 de dezembro de 2018.

HORÁRIO: 15:00 horas (Local).

BASE LEGAL: Decreto Municipal nº. 971/2006, Lei Estadual da Bahia nº. 9433/2005, Lei nº. 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº. 8.666/1993 e alterações, LC nº. 126/2003 e alterações.

TIPO: Pregão Presencial tipo menor preço global.

A Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, **ADJUDICA** o objeto do Pregão Presencial nº. 028/2018, realizado através do Processo Administrativo nº 098/2018, à empresa vencedora e habilitada, **EFFECT PRODUTORA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº. 10.723.280/0001-10, com sede na Rua da Mutamba, nº. 1010, Jardim das Acácias, Luís Eduardo Magalhães-BA.

Luís Eduardo Magalhães - BA, 04 de janeiro 2019.

LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
Pregoeira

295

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: 6MKNSJXQPVNPP6GTH/U0VQ

**LANÇADO NO SIGA
FASE EXTERNA**

em 21/01/2019

002020

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2018

Face ao conteúdo do PREGÃO PRESENCIAL nº. 028/2018, no uso das atribuições legais que nos são conferidas, HOMOLOGAMOS este Processo Administrativo Licitatório, o qual obteve como vencedora e habilitada a **EFFECT PRODUTORA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 10.723.280/0001-10, com sede na Rua da Mutamba, nº. 1010, Jardim das Acácias, Luís Eduardo Magalhães-BA.

PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

Luís Eduardo Magalhães-BA, 04 de janeiro 2018.

REINILDO NERY DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

LUCIANO DE SOUZA SANTOS

Vice Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

RAIMUNDO FERNANDES DE SOUSA

1º Secretário da Câmara Municipal de Vereadores

WANGLES GLICÉRIO SANTOS

2º Secretário da Câmara Municipal de Vereadores

296

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: 6MKNSJXQPVNPP6GTH/U0VQ

LANÇADO NO SIGA
FASE EXTERNA
em 25/12/2018

LANÇADO NO SIGA
em 25/12/2018

002021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 098/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 002/2018

OBIETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transmissão simultânea e captação de áudio e vídeo das sessões: ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, sessões itinerantes e sessões dos jovens vereadores, realizadas pela Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães, no plenário da casa de leis e/ou área externa, para a internet, ou seja: página social e site oficial da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA.

DATA: 27 de dezembro de 2018.

HORÁRIO: 15:00 horas (Local).

BASE LEGAL: Decreto Municipal nº. 971/2006, Lei Estadual da Bahia nº. 9433/2005, Lei nº. 10.520/02 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666/1993 e alterações, LC nº. 126/2003 e alterações.

TIPO: Pregão Presencial tipo menor preço global.

CONTRATO: nº. 002/2018.

CONTRATADA: EFFECT PRODUTORA EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 10.723.280/0001-10.

VALOR: R\$ 104.400,00 (Cento e quatro mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 04.01.2019 a 31.12.2019.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

006 - Poder Legislativo

2.001 - Gestão das Ações Legislativas

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

Luís Eduardo Magalhães - BA, 04 de janeiro 2019.

LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
Pregoeira

237

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A Pregoeira no uso de suas atribuições legais retifica o ato de homologação dos pregões nº 027/2018, 028/2018, 029/2018, 030/2018, 031/2018 e 032/2018, publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: Luís Eduardo Magalhães, 04 de janeiro de 2018.

LEIA-SE: Luís Eduardo Magalhães, 04 de janeiro de 2019.

Luís Eduardo Magalhães, 25 de janeiro de 2019.


LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
PREGOEIRA OFICIAL

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

Erratas

002023

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A Pregoeira no uso de suas atribuições legais retifica o ato de homologação dos pregões nº. 027/2018, 028/2018, 029/2018, 030/2018, 031/2018 e 032/2018, publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: Luís Eduardo Magalhães, 04 de janeiro de 2018.

LEIA-SE: Luís Eduardo Magalhães, 04 de janeiro de 2019.

Luís Eduardo Magalhães, 25 de janeiro de 2019.

LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
PREGOEIRA OFICIAL

299